

## SOCIEDADE

Hoje

É lida a **sentença** de um ex-professor da Casa Pia acusado de abuso de um menor

**ALTERNATIVA** ■► Ronda por algumas escolas revelou falta de recursos humanos e materiais para ocupar alunos sem aulas ■► Gestores têm dificuldades administrativas em substituir docentes

# Bolsas de professores para ocupar alunos nos “furos”

■ Fernando Basto

A melhor forma de garantir a ocupação dos alunos nas escolas durante os “furos” é através da constituição de bolsas de professores. Numa ronda por alguns estabelecimentos de ensino, o JN constatou a impossibilidade das escolas terem permanentemente professores disponíveis para cobrir a ausência dos faltosos. Por outro lado, as aulas de substituição nem sempre são do agrado de alunos e professores, que preferem, em seu lugar, a organização de actividades extracurriculares.

Na Escola Básica 2/3 Nicolau Nazoni, no Porto, por exemplo, é possível dar resposta satisfatória quando, no máximo, há três professores a faltar. “Nesses momentos, os alunos vão para a ludoteca e para a biblioteca, onde existe uma funcionária e onde há sempre pelo menos um professor para apoiá-la”, diz ao JN Conceição Sousa, presidente do Conselho Executivo (CE).

Contudo, quando o número de docentes em falta é maior, é no campo de jogos que muitos se vêem obrigados a passar o tempo livre, devido à falta de outros recursos. “Gostávamos de ter uma sala de estudo permanentemente disponível, mas não temos espaço para isso”, realçou a gestora escolar.

Conceição Sousa recordou que o crédito horário da escola é gasto em aulas de apoio e em projectos pedagógicos, pelo que não há possibilidade de au-



“Furos” acabam, na maioria dos casos, por resultar em mais tempo de recreio para os alunos

las de substituição. Por outro lado, como estas são remuneradas, nem todos os professores, mesmo que disponíveis, podem dar aulas de substituição. “Um professor que tenha redução da componente lectiva não pode dar horas extraordinárias”, realçou.

Por seu turno, na Escola Secundária e do 3.º Ciclo Joaquim Gomes Ferreira Alves, em Valadares, há alguns professores que disponibilizam uma hora semanal para eventuais “furos”. “Isso é possível quando faltam poucos professores. Quando faltam mais de três, os alunos são

libertados e vão para espaços controlados, como a biblioteca ou o centro de recursos”, disse Álvaro Santos, presidente do CE.

Na Escola Secundária e do 3.º Ciclo da Maia, os alunos são livres de fazerem o que quiserem durante a falta dos professores. “Ou vão até um dos clubes em funcionamento, ou vão para a biblioteca e ludoteca ou jogar futebol para o campo de jogos”, informou Teresa Mendes, assessora do CE.

Também na Escola Básica 2/3 Ramalho Ortigão, no Porto, os alunos sem aulas vão para

casa se se tratar do último tempo lectivo. Caso contrário, são encaminhados para a biblioteca, ludoteca ou oficina de jogos de Matemática.

Todos os gestores contactados defendem a concretização de medidas que impliquem o aumento dos recursos físicos e humanos. A constituição de bolsas de professores é uma delas. Para já, ficam a aguardar as sugestões que o Ministério da Educação irá dar e que, pelo que disse a nova ministra, não implicarão um aumento do número de professores ou de meios.

## Substituição com imagem negativa

■ “Mal eles viam que era um professor desconhecido que lhes ia dar a aula, fugiam logo para o recreio”. Teresa Mendes, assessora do Conselho Executivo da Escola Secundária e do 3.º Ciclo da Maia, carrega, tal como muitos outros professores e alunos, uma imagem negativa das aulas de substituição. Há alguns anos, a disponibilidade de professores permitiu concretizar um projecto de substituição, através da distribuição de horas pelos docentes para esse efeito. “Se havia uma ou outra turma em que a substituição tornou-se numa oportunidade de conhecimento mútuo agradável, na maioria dos casos foi uma experiência negativa, em que os professores eram vistos como intrusos”, salientou. António Barros, presidente do CE da EB 2/3 Ramalho Ortigão, também recordou más experiências vividas com as substituições. “Chegou mesmo a haver conflitos entre professores, porque o substituto tinha leccionado uma matéria de uma forma que era do desagrado do professor da turma”, revelou.

## Substituição de professores já consta do estatuto

■ A intenção do Governo em acabar com os “furos” ocasionados pela falta de professores foi anunciada, anteontem, pelo primeiro-ministro, sem que, no entanto, nenhuma medida concreta tenha sido avançada.

Durante uma visita a uma escola do concelho de Cascais, que serviu para marcar o início do 3.º período lectivo, a ministra da Educação – também presente – apenas demonstrou

a sua vontade de que, no próximo ano lectivo, todas as escolas do país inscrevessem nos respectivos planos de actividade a substituição dos professores faltosos.

Albino Almeida, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, recordou que a medida já consta dos regulamentos escolares. No seu entender, a única diferença é que as soluções apresentadas dificilmente são concretizadas.

Por seu turno, os sindicalistas alertaram para o facto de a substituição de professores estar regulamentada no Estatuto da Carreira Docente.

Na realidade, no capítulo sobre “Deveres profissionais”, estabelece-se que cabe ao professor “assegurar a realização, na educação pré-escolar, no ensino básico, de actividades educativas de acompanhamento de alunos, destinadas a suprir a ausência imprevista e de curta

duração do respectivo docente”.

Mais adiante, no capítulo que descreve a componente lectiva, inclui-se a “substituição de outros docentes do mesmo estabelecimento de educação ou de ensino”. No artigo sobre “Serviço docente extraordinário”, estabelece-se que a substituição de um professor corresponde a um serviço extraordinário.

A Associação Sindical de Professores Licenciados defendeu a criação de bolsas efectivas

de professores “que não só possam desenvolver actividades de aprendizagem a nível de projectos vários (clubes de desporto, poesia, informática, línguas, teatro e outros), mas também no apoio às diferentes disciplinas”.

Por outro lado, a ASPL considerou que a generalização da medida deve ter em conta a autonomia das escolas e que não seja implementada “à custa da componente não lectiva dos docentes”. **Fernando Basto**